

O MERCADO DO PEQUENO E A SÍNDROME DA INFORMALIDADE: ATIVIDADES INFORMAIS E POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO NORDESTE



Clóvis Cavalcanti *

Economista da Fundação Joaquim Nabuco

1. INTRODUÇÃO

As atividades informais – ou, como geralmente se diz, setor informal – são um tema que tem ganho cada dia mais ressonância, em virtude da ligação do problema com questões como a da pobreza e a do emprego, não somente no Brasil, mas também na América Latina, nos países do Terceiro Mundo em geral, e até mesmo, em menores proporções, nos desenvolvidos. É conhecido, por exemplo, o caso da Itália, onde se fala de economia submersa, economia quaternária ou trabalho negro, em alusão ao campo de atividades que fica fora da estruturação dos setores econômicos normalmente conhecidos, ou seja, o primário, o secundário e o terciário.

Desde 1976, venho desenvolvendo uma série de estudos relacionados com as atividades econômicas informais, inclusive procurando alargar a experiência no contato com outras situações que não a brasileira, para verificar até que ponto existe uma natureza comum, um caráter pervasivo do segmento informal, como parte da situação em que vivem os países de menor nível de renda no mundo inteiro.

A questão está diretamente ligada à situação da população de baixa renda. Falar em setor informal, com efeito, significa lembrar problemas como o da marginalidade, o da existência de populações periféricas – tanto no sentido espacial quanto no econômico – ou ainda tratar da questão da subutilização da força de trabalho pela economia moderna. Significa também a constatação de que o modelo de crescimento econômico utilizado é insatisfatório, porque seus efeitos não se espraiam uniformemente em toda a população: ficam limitados a determinadas categorias sociais, discriminando outras.¹ Esta discriminação é um fator que permite a existência e a persistência das atividades informais.

Ao focalizar atenção nos problemas do setor informal, meu trabalho começa em 1976-1977, com uma pesquisa no Recife,² prosseguindo depois com uma outra, mais abrangente, em 1977-1978, em Fortaleza e Salvador.³ Tais estudos foram realizados no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (hoje

* O autor agradece a Dirceu Pessoa e Roberto Motta as sugestões que fizeram quanto a passagens imprecisas da versão inicial deste artigo, esclarecendo que nenhum dos dois tem responsabilidade quanto a erros e omissões da versão definitiva.

Fundação Joaquim Nabuco), tendo contado com decisivo apoio financeiro da SUDENE. Na elaboração dos textos relativos a Fortaleza e Salvador, teve participação ao meu lado, como autor de capítulo, em ambos os casos, sobre microunidades de produção, o economista Renato Duarte, também da Fundação. É com base nessas pesquisas, com base, portanto, em conhecimento empírico da realidade, que algumas idéias são comunicadas aqui, procurando condensar diferentes questões levantadas nos citados estudos. Devo acrescentar que meus trabalhos referentes ao setor informal não param aí, uma vez que, entre outros estudos posteriores a 1978, encontra-se a pesquisa sobre pequenas organizações do Nordeste e da Amazônia que, desde 1984, coordeno sob os auspícios da *Inter-American Foundation*.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS

Uma indagação que freqüentemente desperta interesse para que se estude o setor informal é sobre se ele deve ser, ou não, erradicado. Até recentemente, olhar para essa esfera da economia significava atentar para uma faixa da sociedade sujeita a constantes sobressaltos. ⁴ Não é à toa que o setor informal tem sido também chamado de setor marginal urbano e tratado de maneira repressiva, agressiva até. Conhecem-se, por exemplo, as iniciativas inibidoras do comércio ambulante, que sempre temeu a fiscalização das prefeituras municipais, com apoio muitas vezes da polícia militar, como se o negócio fosse uma contravenção. Hoje em dia, percebe-se que não há mais sentido em se pretender uma erradicação das atividades informais, por causa mesmo de sua funcionalidade social. A atitude em face delas passou a ser de compreensão do problema, de relaxamento dos controles jurídicos e fiscais exercidos. Na coordenação do Programa Nacional de Desburocratização, o então ministro Hélio Beltrão, da Previdência e Assistência Social, chegou a afirmar, em conferência, no dia 25 de novembro de 1981, que

“Um dos projetos com que temos mais longamente ‘sonhado’ é a instituição de um ‘Estatuto da microempresa’ aquele pequeno núcleo inicial, de índole geralmente familiar, por onde começam as empresas do Brasil”.

O Estatuto efetivamente foi transformado em lei e hoje governa o campo dos pequenos negócios no Brasil.

Mas foi preciso que o panorama da pobreza se agudizasse e a questão do emprego tomasse as proporções a que chegou para que os governos modificassem sua atitude enviesada ante as atividades informais. E é interessante observar também como a repressão sempre aconteceu lado a lado com o paternalismo com que se trata o setor moderno da economia. Este último, na verdade, conta com todo tipo de proteção. Inclusive, se há nele um estouro financeiro, o Governo ocorre com recursos públicos para manter a saúde das empresas. Além do mais, as atividades estruturadas dispõem de proteção de distritos industriais, de infra-estrutura, de assistência técnica, de isenções tributárias, de políticas favorá-

veis — tudo isto para um setor que tem seu potencial econômico definido pela própria força do capital.

Mas o que é mesmo o setor informal, por oposição ao setor formal? Quais são as nuances dessa dimensão da economia de um país como o Brasil, de uma região como o Nordeste?

O setor informal costuma ser caracterizado como uma área da economia onde não se aplicam as regras de estruturação que normalmente se associam ao setor moderno. Por exemplo: quando se olha para uma fábrica, uma loja, um banco, uma empresa de transporte, vê-se muito bem que, por trás daquilo tudo, existe uma estruturação, registros jurídicos, contabilidade, administração, hierarquia, relações de trabalho definidas, previdência social, etc. Por outro lado, quando se olha para uma carrocinha de pipoca, uma barraca de feira, um fiteiro, um engraxate, um tirador de coco, um vendedor de amendoim, um carpinteiro, um pintor, um eletricitista, sem muito esforço verifica-se que nada do que foi presumido tranquilamente para o setor moderno está presente em tais atividades, as quais se processam sem regulamentações e disciplinas férreas.

Há uma clara distinção entre os dois setores, muito fácil de se perceber a partir dessa caracterização. No entanto, existem igualmente detalhes mais difíceis de ser destacados, zonas de fronteira indefinidas entre eles. Não me preocupo muito com definições em casos assim porque, para mim, o importante é saber qual a função que a atividade preenche. Se ela está inequivocamente voltada para o mercado e não tem outro móvel que não seja faturar, dar lucro (máximo) e atender a uma demanda que o mecanismo de preços sinaliza, certamente caracteriza-se como atividade moderna, associada ao tipo estruturado do setor formal da economia. Mas, quando se vê uma atividade de pequeno porte, que é, antes de tudo, um meio de vida de quem a exerce, uma garantia de sobrevivência, aí tem-se um negócio ao que tudo indica informal.

3. ATIVIDADES INFORMAIS URBANAS NO NORDESTE

Concretamente, como se podem delimitar as atividades informais no Nordeste, com o campo de estudo mais especificamente restrito ao espaço urbano? Uma coisa é certa: nesse setor, as rendas dos indivíduos não são estáveis, como as de um assalariado. São rendas flutuantes, que oscilam de um dia a outro, de uma semana a outra, de um mês a outro, embora haja uma expectativa de ganhos do agente econômico para um ano inteiro, que termina no frigidar dos ovos revelando-se superior àquela que se espera obter no setor moderno pela mesma população a que o indivíduo pertence. População essa que é pobre, com uma mão-de-obra geralmente não-qualificada e que exerce amiúde atividades manuais no setor formal, quando aí se emprega, com o nível de remuneração em tais atividades tendendo a ser muito reduzido. O setor informal, em uma mesma área geográfica, consegue efetivamente gerar rendas superiores, conforme se apurou em Fortaleza,⁶ o que, no fundo, termina sendo uma explicação exatamente para que exista um setor informal. Se não fosse assim, se não existisse a alternativa do informal, as pessoas estariam competindo por empregos formais, fazendo com

que os salários, aí, fossem ainda mais reduzidos. Com a crise econômica, é possível que o diferencial de renda observado em Fortaleza tenha diminuído já que com ela cresceram muito as atividades informais em toda parte (a pesquisa em Fortaleza, que mostrou um diferencial de 124 por cento, é de meados de 1978).

Outra característica detectada do setor informal é a sua natureza comumente ocasional. Ao contrário da mão-de-obra empregada no setor moderno, a informal desempenha suas atividades, muitas vezes, quando se apresenta a oportunidade. Há casos, por exemplo, de a pessoa ficar vários dias sem ter nada para fazer e, de repente, surgir um trabalho — ou até mais de um — a ser executado. Ressalte-se também, como característica visível das atividades informais, sua baixa capitalização. Este é um dado importante numa região de acentuados índices de pobreza como o Nordeste, porque no setor pode-se estabelecer um negócio com o mínimo de atendimento de requisitos em termos de capital, ao contrário do início de uma atividade moderna. O custo direto da criação de emprego, no primeiro caso, é assim reduzidíssimo, conforme se apurou nas pesquisas de Salvador e Fortaleza.⁷ Numa situação de dificuldades econômicas, esta condição se transforma em trunfo, a ser usado para se criarem empregos de forma barata.

As atividades no setor informal, por sua vez, tal como mostram as pesquisas que coordenei, processam-se em pequenas unidades de produção, chamadas microempresas. São “empresas” no sentido econômico, ou seja, unidades produtoras, e “micro” porque são muito pequenas, por vezes atuando com uma só pessoa (a média de empregos por estabelecimento, incluindo o dono do negócio e membros de sua família, é de 2,1 pessoas tanto em Salvador como em Fortaleza). O microempresário quase sempre vive todo o processo produtivo ao contrário do dirigente da empresa pequena, onde a delegação de tarefas a subordinados aparece. As microempresas não têm sede própria na maioria dos casos, e operam com baixa produtividade da mão-de-obra, fenômeno que está associado, sem dúvida, à diminuta dimensão dos empreendimentos. Pode-se afirmar, aliás, que

“as dimensões dos negócios explorados são tão pequenas que não compensam qualquer esforço de formalização legal em 81,4 por cento dos casos [em Fortaleza]. Esta é mais uma faceta, na verdade, do modelo de economia do setor informal, ou seja, a diminuta escala de operações dos negócios que dela participam, que mostra a impropriedade, sob o ponto de vista econômico, da tarefa de tornar legal a atividade”.⁸

Devido provavelmente a essa pequenez, as microempresas estão sujeitas à instabilidade de quem se utiliza de imóveis pertencentes a terceiros, feito que serve, por sua vez, para denotar uma possível incapacidade financeira do pequeno empreendimento para aquisição de sede própria.⁹

As condições de trabalho que foram objeto de inspeção são frouxas, não regulamentadas. Não se aplicam a elas, por exemplo, as leis do salário mínimo; não há preocupação quanto a registros na carteira profissional, nem pagamento à Previdência, na maioria dos casos. O setor informal queda, assim, marginalizado com respeito às franquias jurídicas existentes para as atividades econômicas de modo geral, fenômeno que o caso nordestino muito bem ilustra.

Uma característica interessante que igualmente se verifica é a tendência para a concorrência perfeita no âmbito dos mercados das atividades informais,

lado a lado com formas monopolísticas dentro do mesmo espaço econômico. Há, na verdade, duas referências-padrão para as estruturas informais de mercado: de um lado, a concorrência perfeita; do outro, o monopólio puro. O setor informal apresenta características que, muitas vezes, o associam a um ou a outro desses extremos. Certos artesanatos por exemplo, podem perfeitamente atribuir um poder de monopólio a quem os executa, e com isto a pessoa conseguir rendas notavelmente mais altas. É freqüente encontrar-se um artesão que tem competência especial (como a artesã do Alto do Moura, em Caruaru, que faz miniaturas de cerâmica com exímia habilidade) e que, por isto, cobra preços maiores, exercendo, portanto, poder de monopólio. Já nas barracas de uma feira, *v. g.*, há um sistema muito próximo da concorrência perfeita. A informação ampla, a padronização do produto, o grande número de participantes, tudo faz com que o preço tenda a se uniformizar, de acordo com a situação de oferta e procura do momento.

É curioso verificar outro detalhe associado às atividades informais, constatado nas pesquisas que dirigi. Trata-se da maneira como o preço de um artigo, um bem ou serviço, é estabelecido pela unidade produtora. Quando o freguês é claramente de baixa renda, então o vendedor cobra um preço que é o mínimo que ele pode propor. Não aceita pechincha. Do outro lado, quando o freguês é de renda mais alta, o vendedor fixa um preço maior do que o esperado. Se o comprador o aceita, muito bem; se não, existe margem para discussão de um valor que atenda às exigências de ambos. Nas atividades modernas, o preço é um dado mais constante, fornecido sob a capa da concorrência oligopolista, de modo que não se leva em conta a natureza do comprador, e sim os custos de produção, como se pode perceber claramente em uma loja de departamentos, um banco ou uma agência de viagens.

Ressalte-se outro aspecto das atividades informais, o qual dá bem uma medida da importância destas nas populações marginalizadas como complementação de renda: a presença muito grande de mão-de-obra feminina. No setor informal, em Fortaleza, 41 por cento da força de trabalho é constituído de mulheres, enquanto a média para a população como um todo da cidade é de 29 por cento.¹⁰ Em Salvador as proporções são de 51 e 20 por cento, respectivamente.¹¹ Este dado mostra bem o papel da mulher em suprir necessidades que requerem uma complementação de renda, participando ela, assim, do esforço de sobrevivência da família.

Outra questão se refere à idade da população. Verifica-se em Fortaleza e Salvador uma presença relativamente alta de indivíduos mais velhos na força de trabalho informal. Aliás, isto contraria certas expectativas. Geralmente, espera-se que o setor informal seja um estágio de passagem das pessoas de baixa renda para as atividades modernas. Neste caso, os jovens se empregariam ali em maior proporção, e depois migrariam para o setor moderno. Em Salvador, opostamente, a média de idade da população economicamente ativa (PEA) informal é de 37,9 anos, contra 33,2 da PEA total da Bahia.¹² Em Fortaleza mantém-se o mesmo padrão: 37,3 e 32,8 anos, respectivamente para a PEA de baixa renda e para a PEA de todo o Ceará.¹³ Nota-se, de outra parte, contrariando também as expectativas, que o tempo de permanência do indivíduo num emprego é maior

nas atividades informais do que nas modernas, as quais apresentam rotatividade mais intensa. De fato, em Fortaleza comprova-se que a rotatividade do trabalho é maior no setor avançado do que no informal ¹⁴ e, em Salvador, enquanto quase a metade dos trabalhadores informais pesquisados está há mais de 10 anos no mesmo mister, não chega a um terço a proporção dos indivíduos do mesmo grupo sócio-econômico em emprego formal que se encontram há mais de 10 anos no mesmo trabalho. ¹⁵ Assinale-se ainda que o trabalhador do setor informal não se especializa permanentemente numa dada tarefa. Por necessidade de sobrevivência, ele exerce uma multiplicidade de funções: é um trabalhador eclético, ao contrário de seu congênere do setor moderno, que tem bem caracterizado o ofício que desempenha.

Um traço da fisionomia do setor informal urbano nordestino é que a presença de pessoas provenientes de fora da cidade grande na força de trabalho local mostra-se superior à dos nativos. No caso de Fortaleza, por exemplo, menos de um terço (30,9 por cento) da mão-de-obra informal é natural dos cinco municípios, inclusive Fortaleza, integrantes de sua região metropolitana (em Salvador, a correspondente fração é de 42,2 por cento). A conclusão é óbvia: uma cidade como a capital cearense funciona como intenso foco de atração de migrantes, os quais terminam ancorando em ocupações informais e conferindo a estas caráter nitidamente de reservatório dos fluxos migracionais.

Dentro da população de baixa renda é que tende a ficar a parte substantiva das pessoas que trabalham no setor informal, fato que é bem conhecido. O fenômeno se evidencia com muita eloquência em Fortaleza. Aí, enquanto 29,2 por cento da PEA local — representando uma população de renda *per capita* de 16.326 cruzeiros (904 dólares) em 1978 — é a parcela que desempenha atividades informais, dentro da PEA da população pobre (cujas renda *per capita* em 1978 atingia 4.533 cruzeiros ou 251 dólares) a taxa eleva-se para 40,9 por cento. ¹⁶ Noutras palavras, a renda média da população ao passar hipoteticamente de 4.533 para 16.326 cruzeiros — um aumento de 3,6 vezes —, faz com que o emprego informal decline de 40,9 para 29,2 por cento da PEA, uma baixa de 28,6 por cento. Evidentemente, inferências mais ousadas não podem ter arrimo em dados de limitado poder informativo como esses. Todavia, pode-se fazer um exercício supondo a prevalência linear do comportamento assinalado: para que o emprego informal em toda a cidade de Fortaleza diminuísse para 20 por cento da PEA, por exemplo, seria necessário que a renda *per capita* local subisse de 2,7 vezes — ou seja, de 904 para 2.434 dólares, uma passagem aparentemente inviável. O mercado onde as unidades produtoras informais adquirem a oferta de mão-de-obra das famílias de baixa renda representa o mercado de emprego informal. Nele, de um lado, figuram as microunidades de produção; do outro, as unidades de oferta de força de trabalho, constituídas principalmente da população sem riqueza. É um mercado, pois, que se poderia denominar do pequeno — do pequeno negócio, das pessoas de pequenas posses.

Nesse mercado inclui-se, é óbvio, a categoria do emprego doméstico, atividade tipicamente informal e que ainda tem, no Nordeste (e noutras partes do Brasil também), laivos de escravidão. Essa categoria é formada de trabalhadores que não se vinculam à unidade domiciliar através de um instrumento jurídico

qualquer, haja vista que, como se apurou no Recife, 88,7 por cento dos criados da amostra da pesquisa não têm carteira assinada.¹⁷ O que se estabelece é uma ligação que é quase de submissão da força de trabalho ao contratante da mão-de-obra. O emprego doméstico, por seu turno, possui uma dimensão muito importante, seja porque se trata de atividade básica, seja porque envolve grande número de pessoas. Nas pesquisas que dirigi, encontrou-se uma média de servidores domésticos por unidade domiciliar em torno de 0,4 a 0,6 indivíduos. No caso de Fortaleza, a estimativa é de que em cada 5 famílias existam 2 empregados, que podem ser lavadeiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, empregados mistos (que exercem muitas atividades simultaneamente), babás, faxineiros, vigias, etc. Para uma população de um milhão e meio, dois milhões de pessoas, havendo cerca de 300-400 mil famílias (como acontece com a capital cearense) pode-se estimar em 120 a 160 mil o total de empregados domésticos. É um contingente numeroso, sem nenhuma dúvida, cuja taxa de remuneração em 1978 equivale a apenas 25 por cento do salário mínimo, ou seja, menos de 15 dólares mensais. No Recife, onde em cada grupo de 18 domicílios, encontram-se 10 auxiliares domésticos, a remuneração média atingia, em 1977, a 32 por cento do salário mínimo, isto é, 19 dólares.¹⁸ Em Salvador ganhava-se praticamente a mesma coisa: 33 por cento do salário mínimo. Ou seja, emprego doméstico é apenas outra face da pobreza, outro atributo do quadro em que vivem as populações de baixa renda, as quais se sujeitam a regimes de trabalho como o dos criados, que raramente se regem por horários de expediente, folgas regulares ou direitos trabalhistas mínimos.

Tal situação de insegurança observa-se do mesmo modo no tocante às atividades em geral da mão-de-obra de baixa renda. Em Fortaleza, por exemplo, o grupo sobre o qual se pesquisou compreende um segmento bastante desprotegido do universo social: quatro quintos dos trabalhadores que dele fazem parte não contam com carteira assinada nem com Previdência social,¹⁹ situação que é bem um aspecto característico da síndrome da informalidade.

4. VIABILIDADE E PERMANÊNCIA DO SETOR INFORMAL

Até que ponto o setor informal é viável? Qual a projeção que se pode esperar dele a longo prazo? As pesquisas que tenho empreendido levam à conclusão de que ele é funcional do ponto de vista econômico, e viável, na medida em que se patenteia a existência de mercado. O setor informal, por outro lado, não se restringe apenas, no que tange ao consumo, à população consumidora de renda baixa, mas estende-se a toda a população. Os preços que cobra, porém, tendem a ser reduzidos, pequenos, daí por que sua presença no cômputo total dos dispêndios de uma cidade é pequena: cerca de oito a dez por cento, conforme o atestam as investigações de Salvador e Fortaleza. Nessas duas cidades verificou-se, de fato, que as famílias de todos os níveis sócio-econômicos gastam no consumo de bens e serviços informais, inclusive empregos domésticos, quase 10 por cento em média do orçamento. Trata-se de grandeza que, se revela um papel significativo, mostra o baixo patamar de produtividade do setor, uma vez que ele

representa, como se viu em Fortaleza, aproximadamente 30 por cento das ocupações da população economicamente ativa fortalezense.

Entretanto, apesar dos preços baixos, apesar do peso reduzido sobre a pauta dos dispêndios de consumo da população, se se retira do cenário o setor informal, remove-se uma peça chave do equilíbrio econômico da cidade. E desmantela-se inevitavelmente qualquer harmonia social que exista, tanto porque se está cancelando uma atividade que é forma de sobrevivência de muita gente (30 por cento da produção, *v. g.*) como porque se estará removendo a possibilidade de satisfação de necessidades reais dos consumidores. Convém lembrar, a propósito, que nas pesquisas a que tenho me reportado, a importância relativa dos gastos com o setor informal mantém-se firme na medida em que aumenta a renda, ou seja, crescem também seus valores absolutos. Vale notar que os consumidores de renda mais alta criam gratuitamente sua preferência pelo setor informal. Fazem-no porque — são as pesquisas que o revelam — consideram eficiente, na média, a prestação de tais serviços. No caso da população de baixa renda, por sua parte, o principal motivo para que haja consumo de artigos produzidos pelo setor informal reside nos baixos preços.

É possível verificar isso, por exemplo, no que concerne a uma habitação do BNH — formal, portanto —, cujo preço para uma família pobre é muito maior do que o de um barraco construído por essa mesma família. E isto sucede simplesmente porque, quando a pessoa vai fazer uma construção pelo sistema informal, utiliza recursos mais baratos. Ela não adquire tijolos de uma olaria. Talvez faça o próprio tijolo, ou empregue outro material, como taipa ou madeira. Com isso, há um barateamento dos custos. Neste ponto, merece sublinhar-se que a habitação informal costuma ser até mais ecológica, na maioria dos casos, do que aquela propiciada pelo moderno sistema de habitação. A esse respeito existe tese antiga de ilustre biólogo pernambucano, anterior inclusive a *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, exatamente sobre a salubridade do mocambo. ²⁰ Erigida em condições de mínima infra-estrutura urbana, esta é uma habitação, além de ecologicamente ajustada, surpreendentemente salubre, ao contrário do tipo de construção do BNH, pouco satisfatória com respeito a esses requisitos. ²¹

Tudo o que se disse antes como caracterização das atividades informais passou ao largo de um detalhe que é também merecedor de atenção. Trata-se do fato de que o setor não está desajustado da moldura cultural em que vive a população das grandes cidades do Nordeste. Pode-se imaginar o que seria Salvador sem as baianas que vendem acarajé? Há um ajustamento perfeito entre elas e a cultura da cidade. Como também seria diferente o Recife sem seus vendedores ambulantes de cuscuz, doce japonês, peixes. Embora os exemplos citados sejam insuficientes para consubstanciar uma tese, ninguém pensa em fustigar o setor informal naquilo que ele tem de mais enraizado no ambiente local. Pode-se dizer, portanto, que existe, além da funcionalidade econômica do setor informal, todo um ajustamento entre muitas de suas atividades e o quadro cultural da população. Daí, ser inequívoco o caráter muito mais permanente que transitório dessa área da economia, a qual reflete uma faceta da cultura do povo.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 Embora no plano teórico haja quem sugira que o desenvolvimento produz efeitos necessariamente heterogêneos, a expectativa do pensamento desenvolvimentista é de que os benefícios do processo terminarão transbordando para toda a sociedade. V. David Barkin, "La Persistencia de la Pobreza en México. Un análisis económico estructural", *Desarrollo Económico*, v. 10, n. 33, jul. - set. 1970, pp. 263-284.
- 2 Clóvis Cavalcanti, *Viabilidade do Setor Informal: A Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife* (Recife, Editora Massangana, SUDENE, 1983, 2ª ed.).
- 3 V. Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *O Setor Informal de Salvador: Dimensões, Natureza, Significação* (Recife, SUDENE/FUNDAJ, Brasília, MT, 1980); *À Procura de Espaço na Economia Urbana: O Setor Informal de Fortaleza* (Recife, SUDENE/FUNDAJ, Brasília, MT, 1983).
- 4 V. Inaiá Carvalho, "Atividades Informais", in Bahia, Governo do Estado - Prefeitura da Cidade do Salvador, *1º Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador* (Salvador, 1977)
- 5 Hélio Beltrão, *A Pequena e Média Empresa como Fator de Estabilidade Política, Econômica e Social* (Brasília, Presidência da República, 1983), p. 12
- 6 Com efeito, para o grupo de indivíduos pobres estudado (1.198 pessoas economicamente ativas), encontrou-se em Fortaleza uma proporção de 40,9% dependente de emprego no setor informal. A parte de renda proveniente desse setor, porém, correspondia a 60,8% da renda total do mesmo grupo. Quer dizer, a renda informal valia 2,24 vezes a renda formal da população pesquisada. Cf. Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço*, etc., *op. cit.*, p. 49
- 7 Uma indústria moderna nordestina (das criadas pela SUDENE) possuía, em 1978, um custo direto de criação de emprego, por trabalhador, 15 vezes maior do que o de uma indústria informal de Salvador (Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *O Setor Informal de Salvador*, *op. cit.*, p. 102). Em Fortaleza a cifra era ainda maior: 29 vezes (Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço*, etc., *op. cit.*, p. 101).
- 8 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço*, *op. cit.*, p. 59
- 9 Cf. *Idem*, pp. 93 e 96
- 10 *Idem*, Quadro 2.3, p. 41
- 11 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *O Setor Informal de Salvador*, *op. cit.*, Quadro 2.3, p. 42
- 12 *Idem*, pp. 41 e 45
- 13 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço*, etc., *op. cit.*, p. 42
- 14 *Idem*, p. 69
- 15 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *O Setor Informal de Salvador*, *op. cit.*, p. 49

- 16 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço, etc., op. cit.*, pp. 38, 53, 128 e 131
- 17 Clóvis Cavalcanti, *Viabilidade, etc., op. cit.*, Quadro 5.4, p. 104
- 18 *Idem*, pp. 98 e 106. Deve-se notar que as cifras de ganhos aqui apresentadas referem-se unicamente aos pagamentos em dinheiro, excluindo assim a compensação a empregados dada sob a forma de bens e serviços (comida, casa, roupa, remédios, etc.).
- 19 Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte, *À Procura de Espaço, etc., op. cit.*, p. 57
- 20 Aloísio Bezerra Coutinho, *O Problema da Habitação Higiênica nos Países Quentes em Face da Arquitetura Viva* (Rio de Janeiro, 1930), citado por Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano* (Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, INL, 1977, 5ª ed.), p. 230
- 21 Cf. Clóvis Cavalcanti, "Escolhas Aurocráticas e Vida de Horrores: O Caso da Política Habitacional", in Joaquim de Arruda Falcão (org.), *Conflito de Direito de Propriedade; Invasões Urbanas* (Rio de Janeiro, Forense, 1984), pp. 217-230